

As Mulheres na Pesca nos Açores: Projecto de Investigação e Acção Participada

O nosso objectivo no projeto as “Mulheres na Pesca nos Açores” foi unir a acção à análise durante todo o processo de estudo – investigação-acção. Pensamos ter conseguido isto na área extractiva, que foi considerada prioritária (por maior invisibilidade e por ausência de estatísticas), a área que mais tempo ocupou do estudo. Na mesma linha, visamos colaborar futuramente em mobilizações novas e nas já existentes do sector não extractivo, tanto da indústria conserveira, como em outras áreas, como a associativa e a da investigação.

A acção na parte extractiva formalizou-se de várias formas: na assistência de mulheres na pesca aos encontros regionais; na escrita de artigos por algumas no Portal das Pescas (www.pescas.net); nas entrevistas, apoiando a identificação de outras mulheres, e algumas até realizando as entrevistas a outras companheiras. Fizemos investigação-acção porque analisamos para actuar, e porque as mulheres participaram activamente (criaram uma associação em São Mateus e formalizaram recentemente uma Rede de Mulheres na Pesca nos Açores), mas também porque se integraram tanto conhecimentos técnicos como vivenciais das mulheres e homens das pescas no estudo.

Isto é, os comentários de reuniões e encontros foram integrados como futuras áreas de estudo: a formação e a cédula, a dificuldade de sair ao mar, etc... Também ocorreram alterações na terminologia por nós utilizada: de "gameleiras" e "safadoras", com que muitas mulheres na pesca não concordavam, passou-se ao termo mais neutro de "pescadoras em terra". Por último, integraram-se comentários, posteriores à apresentação do estudo no Faial em (Novembro 2007), nomeadamente o matiz de vários armadores afirmando que "nem todas as trabalhadoras em terra são pescadoras em terra" (pelo que uma distinção teórica foi feita entre “trabalhadoras em terra” – as que fazem funções logísticas e trabalham nas artes de maneira não remunerada – e as “pescadoras em terra”- trabalham exclusivamente nas artes e são remuneradas-).

Metodologia Utilizada na Pesca Extractiva

A dificuldade em precisar o número de mulheres a trabalhar na pesca extractiva e a falta de estatísticas oficiais, conduziu a que aplicássemos, antes de mais, uma técnica de censo para estimar o número aproximado de trabalhadoras. A contabilização fez-se através de visitas às freguesias e do contacto com os homens e mulheres das comunidades piscatórias. O método usado foi um inquérito ou questionário com perguntas fechadas e abertas, que se sistematizou através do programa estatístico SPSS.

Durante esta contabilização, aproveitou-se para realizar entrevistas de carácter aprofundado nos casos que se consideraram oportunos, por motivos de: a) representatividade – exemplificação de um número alto de casos observados, ou de b) exclusividade – caso com particularidades em relação ao grupo.

Os métodos utilizados para a implementação da recolha de informação por inquérito foram cinco: a recolha das listagens de armadores/as; a recolha dos dados da Segurança Social; um contacto directo com a comunidade piscatória; um contacto directo com as associações da pesca e por último, um estudo das listagens de cédulas.

Primeiro, ainda antes do trabalho de campo, começou-se pela recolha das listagens de armadores/as por ilha e por localidade, a partir dos nomes das embarcações. Este método partia do pressuposto de que, através das/os armadoras/es podia obter-se informação sobre as trabalhadoras de cada embarcação. As listagens foram pedidas à Lotação e à Direcção das Pescas, para serem posteriormente cruzadas com dados do Porto de Abrigo e a lista telefónica. A partir desta organização dos dados, partimos para a aplicação do censo por localidade, através do telefone. A cada armador/a perguntamos se detinham mão-de-obra feminina a trabalhar para a embarcação. No caso de não ter, perguntávamos se conhecia alguém na freguesia que praticasse essas tarefas. Munidas com os contactos das mulheres que trabalhavam na pesca, iniciamos as primeiras visitas em São Miguel e Santa Maria. Adicionalmente, as entrevistadas foram também questionadas sobre o conhecimento de outras trabalhadoras. Aconteceu telefonarmos para pessoas que já se tinham reformado, vendido, ou abatido a embarcação. Na Terceira, detectaram-se muitos barcos de recreio e não de pesca matriculados nas listagens. Ao depararmo-nos com estas situações, questionámos as listagens como método único de preparação dos inquéritos.

Os dados proporcionados pela Segurança Social (SS), indicaram por seu lado quantos homens e mulheres estavam inscritos como profissionais de pesca por ilha em 2006. No entanto, nem todas as mulheres inscritas na SS trabalham na pesca e nem todas as mulheres que trabalham na pesca estão inscritas na SS. Neste contexto, era extremamente difícil contabilizar com rigor o número exacto de mulheres a trabalhar formal (ou informalmente) na pesca apenas com os dados da SS, embora estes nos fornecessem informação muito útil sobre a realidade piscatória de cada uma das ilhas, como por exemplo, a importância em termos absolutos e percentuais da ilha Terceira em termos da pesca no feminino.

Dada a necessidade de complementar os dois métodos acima referidos – listagens de armadoras/es e dados da SS – e como método essencial para a participação substantiva das mulheres, a equipa acrescentou um método de contacto directo no terreno. Este contacto foi

feito de forma sistemática, isto é, perguntando a pelo menos dois contactos chave distintos em cada porto sobre terem conhecimento de mulheres a trabalhar na pesca naquela área. No caso da Terceira e ilhas do Triângulo, o método de contacto inicial foi já no terreno com as próprias mulheres e não por telefone, como em Santa Maria e São Miguel. Encontraram-se assim mulheres em situação de subcontratação informalⁱ, sendo aquelas que a equipa teria tido mais dificuldade em encontrar, no caso de ter seguido o método das listagens telefónicas. Há, portanto, mulheres que trabalham na pesca e que não se conseguem encontrar por meio dos registos da SS (e que em alguns casos, nem o/a armador/a conhece).

Um quarto método, já no terreno (associado ao contacto directo com as mulheres), foi a visita às Associações de Pescadores de cada ilha – pedindo informação e contactos à direcção e reunindo-se quando possível, com os presidentes das Associações. Um ponto particularmente importante, foi a contabilização e contacto com mulheres que visitam as associações, por questões relacionadas com a contabilidade dos maridos e das embarcações – pertencendo estas à categoria de "esposas colaboradoras" (MacAlister, 2002) ou trabalhadoras em terra não remuneradas. Estas eram as mais difíceis de encontrar dada a sua dupla invisibilidade, de forma diversa das pescadoras de mar e das pescadoras em terra remuneradas, mais visíveis publicamente e encontradas com relativa facilidade através de uma simples visita ao porto ou à freguesia.

Um quinto método, que surgiu no decorrer do estudo, foi o de procurar nas Capitánias as listagens de mulheres que tiraram cédula marítima. Os objectivos eram: primeiro, observar a evolução do número de mulheres com cédula nas últimas três décadas; segundo, compreender os itinerários diferenciados das mulheres que tiraram cédula, mas que nunca saíram para o mar; terceiro, ter contactos de mulheres que podem ou puderam estar a exercer actividade na pesca.

Este último método não foi aplicado sistematicamente em todas as ilhas, apenas no Faial, Graciosa, Pico e São Jorge. De facto, observámos que as apresentações destes dados não eram suficientemente similares para permitir uma comparação cronológica.

Metodologia Utilizada na Pesca Não Extractiva

O estudo realizado no sector da pesca não extractiva baseou-se em quatro métodos:

1) Visitas às Fábricas e ao DOP e entrevistas com os gerentes;

Foram visitadas as conserveiras do Faial, de São Jorge, do Pico e de São Miguel. Nas três últimas ilhas pudemos entrar na fábrica, visitar as instalações e observar o trabalho das mulheres

directamente. Foram-nos também concedidas entrevistas com os gerentes das várias fábricas, que explicaram a situação, dificuldades e história das suas empresas.

2) Entrevistas com empregadas nas conserveiras;

As visitas às conserveiras, assim como alguns contactos de entrevistadas na pesca extractiva, permitiram-nos aceder, conhecer e conversar com mulheres empregadas na indústria conserveira. As entrevistas foram abertas e giravam em torno aos fios condutores das suas condições de trabalho, das suas biografias e vidas quotidianas. As entrevistas foram feitas fora do local de trabalho, para permitir uma maior neutralidade do espaço.

3) Recolha Estatística de Dados Primários e Secundários;

Foram analisados dados existentes sobre a pesca não extractiva nos diferentes subsectores. Ao mesmo tempo, actualizaram-se os dados através de visitas (conserveiras e DOP) e de comunicação por telefone, correio electrónico ou fax, com sindicatos, associações e governo.

4) Recolha e Seguimento de Artigos relativos ao sector não extractivo no feminino;

Houve também um seguimento dos artigos de jornais referentes à pesca não extractiva, nomeadamente da greve de trabalhadoras e sindicatos acontecida na indústria conserveira a finais do ano 2007.

Observa-se então, como o método na área não-extrativa tem seguido uma teoria mais tradicional (qualitativa extractiva) sem implicar às mulheres directamente. Este é, no entanto, um objectivo a atingir na segunda etapa do projeto (2008-10).

Maria Josep Cascant i Sempere – UMAR-AÇORES

Congresso Feminista – Junho 2008

Bibliografia

MacAlister, Elliott, & Partners Ltd (2002) The Role of Women in Fisheries Hampshire: European Commission

⁴Subcontratação informal: casos de trabalhadoras inscritas na caixa através dum patrão que dão trabalho, informalmente, a outras, que não constam como inscritas na embarcação.